

Defender as agriculturas familiares : quais, por que ?

Síntese do Relatório elaborado
pela Comissão Agricultura e Alimentação
de Coordination SUD em 2007

Defender as agriculturas familiares : quais, por que ?

Síntese do Relatório elaborado pela Comissão Agricultura
e Alimentação de Coordination SUD em 2007

*Traduzido do francês por Adriana Araujo Machado
machado.adriana@yahoo.com.br*

A Comissão Agricultura e Alimentação de Coordenação SUD pretende por este trabalho¹, recolocar as agriculturas familiares no centro das preocupações de desenvolvimento nos países do Sul. Ele realça os trunfos das agriculturas familiares em termos de emprego, de redução da pobreza, de eficiência econômica, de segurança alimentar, de preservação do meio ambiente e de estruturação do meio rural.

Esta argumentação se construiu a partir de um estudo bibliográfico e de estudos de casos realizados pelos parceiros dos membros da Comissão. As primeira e segunda partes abordam o desafio fundamental que as agriculturas familiares representam e, paradoxalmente, a falta de interesse nelas no âmbito das políticas de desenvolvimento internacionais, até recentemente. Na terceira parte são apresentados os principais argumentos a favor da promoção e da defesa das agriculturas familiares, indispensáveis ao desenvolvimento dos países do Sul.

A agricultura familiar, parente pobre das políticas públicas do sul

A agricultura familiar: uma realidade onipresente, situações diversas

O termo « agricultura familiar » é definido aqui como uma forma de produção marcada pelo elo estrutural existente entre as atividades econômicas e a estrutura familiar.

Esta relação influi no processo de decisão, especialmente sobre a escolha das atividades, da organização do trabalho familiar, a gestão dos fatores de produção e a transmissão do patrimônio (Bélières et al. 2002)².

¹ *Defender as agriculturas familiares : quais, por que ?*, Coordination SUD, 91 páginas, 2007. Disponível no endereço : http://coordinationsud.org/IMG/pdf/Agricultures_familiales.pdf

² Bélières et al., *Quel avenir pour les agricultures familiales d'Afrique de l'Ouest dans un contexte libéralisé ?*, CIRAD-TERRA, Montpellier, 2002.

Segundo a FAO³, 43% da população ativa mundial está empregada no setor agrícola, e 53% nos países em desenvolvimento, onde a maioria da população vive da agricultura. As diferenças entre os países em desenvolvimento são importantes, com uma média de 18% da população ativa trabalhando na agricultura na América Latina contra mais de 60% na África e na Ásia. A grande maioria desta população trabalha no contexto de uma propriedade familiar.

Mas estas propriedades conhecem uma grande diversidade, entre grupos de caçadores -colhedores praticando uma agricultura florestal e as propriedades inteiramente mecanizadas onde um só ativo agrícola cultiva várias centenas de hectares. Esta variedade dos contextos se traduz por grandes diferenças entre as explorações familiares em termos de mecanização, de produtividade, de geração de riqueza, e então, de interesses, por vezes divergentes, especialmente na regulação das trocas internacionais.

Esta diversidade impõe o uso do no plural, então falaremos em « agriculturas familiares ».

A pertinência do conceito de agricultura familiar se encontra também na sua oposição à agricultura capitalista. Por agricultura capitalista nós entendemos as propriedades em geral de grande tamanho, onde a propriedade, a gestão e o trabalho agrícola são realizados por indivíduos sem ligação de parentesco. O proprietário fornece o capital e emprega assalariados para a gestão da exploração e o trabalho nos campos, ele busca então o retorno do capital investido e não o trabalho investido como no caso da agricultura familiar. Também existem modelos híbridos onde o proprietário está presente na propriedade enquanto gerente, mas recorre massivamente à mão de obra assalariada. Neste documento, este tipo de agricultura às vezes qualificada de patronal, não será considerada como uma agricultura familiar.

Um setor vital para a metade da população do Sul, porém esquecida pelos governos

Segundo o relatório 2008 do Banco Mundial, 1,5 milhões de pessoas vivem em pequenas propriedades. Na África sub Saariana, 80% das propriedades agrícolas são familiares⁴, e mais de 60% da população ativa trabalha na agricultura. No entanto, em 2004, somente 4% dos investimentos públicos eram destinados à agricultura⁵.

Além dos poucos recursos públicos destinados à agricultura nos países em desenvolvimento, os investimentos são orientados com prioridade à agricultura capitalista ou patronal.

O governo brasileiro, por exemplo, sustenta fortemente sua agricultura que tem um papel maior nas exportações do país. Mas apesar do número mais importante de agricultores familiares (4,1 milhões de propriedades familiares sobre 4,5 milhões no total), a agricultura capitalista recebe a grande maioria dos fundos públicos. Assim, em 2006, o Ministério da Agricultura (responsável pelo agronegócio) gerenciava um orçamento de 58 bilhões de Reais, enquanto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (encarregado da agricultura familiar) só dispunha de 12 milhões de reais.

Este desequilíbrio entre a forte sustentação da agricultura capitalista e dos agricultores familiares esquecidos é comum em vários países.

³ FAO, *A situação mundial da alimentação e da agricultura*, 2005.

⁴ Nagayets O., *Small farms : current status and key trends*, IFPRI, 2005.

⁵ Banco mundial, *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo 2008*.

Sucessos quando as políticas agrícolas são à favor dos agricultores familiares

Os países que implantaram políticas agrícolas ambiciosas elaboradas em parceria com os agricultores familiares produzem efeitos positivos, bem além de somente no setor agrícola. Trata-se de promover um modelo de desenvolvimento equilibrado que beneficia a um maior número de pessoas.

Historicamente, os processos de desenvolvimento na Europa, na América do Norte e para certos países da Ásia do Leste (Japão e Coréia do Norte, China e Vietnã mais recentemente) se basearam em um apoio forte e sustentável às agriculturas familiares. Estes países conheceram e conhecem ganhos de produtividade generalizados na agricultura graças ao investimento dos camponeses, uma diversificação das produções, uma baixa da incidência da fome e da pobreza nos campos. Estes processos geralmente são acompanhados do êxodo rural em resposta à demanda de mão-de-obra do setor industrial em desenvolvimento, e não à incapacidade da agricultura em lhe empregar.

São muito raros os casos de desenvolvimento econômico sem que os agricultores sejam apoiados e os mercados agrícolas protegidos⁶.

É preciso sublinhar que estas políticas agrícolas são o resultado da tomada em consideração dos interesses da agricultura familiar em seus contextos nacionais e não são uma aplicação de modelos definidos pelas instituições internacionais. Isto significa então que é necessário identificar os trunfos e os limites das agriculturas familiares em seus contextos específicos se queremos poder sustentá-las eficientemente.

Aliás, o apoio aos agricultores familiares se revela menos dispendioso que o apoio às propriedades capitalistas, por um lado em termos orçamentários, e sobretudo em termos de consequências negativas : fraca incidência de desemprego, menos degradação ambiental, coesão social fortalecida, criação de empregos.

Um desinteresse pela agricultura nas estratégias de desenvolvimento

Desde o fim dos anos 1980, observa-se que a maioria dos países em desenvolvimento abandonou as políticas agrícolas de grande porte e amplitude destinadas às agriculturas familiares.

Este desinteresse pela agricultura é igualmente perceptível junto às estratégias de desenvolvimento dos organismos de cooperação nacionais e internacionais. Em 2004, a parte da agricultura na ajuda pública ao desenvolvimento em nível mundial se estabelecia em menos de 4%⁷, em baixa constante desde o início dos anos 1980 onde ela se elevava a 16%. Houve portanto, um abandono da parte dos investidores com relação ao setor agrícola que não era mais um setor prioritário.

Este abandono é tão marcante que os agricultores familiares são geralmente percebidos como tradicionais e arcaicos, ao inverso de uma agricultura capitalista que seria o reflexo da modernidade e do progresso. Esta visão modernista da agricultura contribuiu na orientação dos magros recursos públicos investidos no setor agrícola em projetos que raramente favorecem aos agricultores familiares.

⁶ Somente a Grã-Bretanha, graças a sua potência comercial e à segurança de abastecimento do Commonwealth, pôde desenvolver sua economia abandonando seu campesinato e abrindo largamente seu mercado.

⁷ A soma da ajuda pública ao desenvolvimento bilateral e multilateral destinada à agricultura se estabelecia em 3,4 bilhões de dólares em 2004 [Banco mundial, *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo 2008*].

Um contexto que se torna favorável ao apoio das agriculturas familiares

Todavia, parece que se vê hoje uma mudança nas prioridades de desenvolvimento das instituições internacionais e dos parceiros técnicos e financeiros, que permite entrever novas perspectivas de apoio das agriculturas familiares. Vários fatores explicam esta mudança.

A posição da agricultura reafirmada nas políticas de desenvolvimento, porém com soluções limitadas

Em primeiro lugar, os resultados obtidos pelas políticas de desenvolvimento nestes quinze últimos anos não estão à altura das expectativas. Há alguns anos, os atores do desenvolvimento tomaram consciência de que a luta contra a pobreza não poderia se resumir em facilitar o acesso aos serviços essenciais mas devia também possibilitar aos indivíduos de ter os meios para acessá-los. Num contexto onde é freqüente que a maioria da população vive da agricultura, melhorar as rendas passa antes de tudo por um apoio ao setor agrícola.

Entretanto, o contexto é diferente daquele do período das independências e os governos têm raramente os meios de implantar políticas agrícolas amplas e completas. O descomprometimento do Estado e a abertura dos mercados impostos pelos planos de ajustamento estruturais limitam fortemente as capacidades dos governos, especialmente africanos, em implantar políticas de apoio e de proteção de suas agriculturas familiares.

Atualmente, os investidores consideram novas formas de apoio ao setor agrícola e rural, alguns são retomados no relatório 2008 do Banco Mundial. Este relatório propõe três modelos de desenvolvimento para o setor agrícola: um primeiro modelo qualificado como agro-industrial com elaboração de contratos com os produtores ; um segundo modelo no qual os produtores responderiam à demanda de mercados de nicho e forneceriam cadeias estruturadas na destinação da grande distribuição, e um terceiro modelo onde a falta de perspectiva do setor agrícola seria compensada pelo emprego não-agrícola no meio rural. O destino de milhões de agricultores familiares não é tomada em consideração nestes modelos restritivos ; estas propostas entram em contradição com as reivindicações dos movimentos camponeses dos países em questão.

Crise alimentar e retorno do interesse na agricultura

A alta dos preços alimentares mostra claramente os limites de um sistema onde a alimentação de base da maioria da população mundial seria garantida por alguns países exportadores. Hoje se vê um reconhecimento do papel inegável dos produtores nacionais no fornecimento de gêneros alimentícios de maneira sustentável e estável. Esta mudança é ilustrada, até o presente, pelas numerosas declarações dos órgãos de cooperação nacionais e internacionais se comprometendo em aumentar seus investimentos no setor agrícola. Mas os fatos tardam em confirmar estas intenções. Por exemplo, em 2007, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) só acordou 8% de seus financiamentos ao setor agrícola e pretende consagrar, no horizonte de 2011, « 15% de seus compromissos em favor do desenvolvimento rural »⁸. Ademais, o tipo de agricultura a ser sustentada não está claramente definida e sempre é objeto de discussões, tanto nos países do Sul quanto nas instituições internacionais.

⁸ AFD, Relatório de atividade 2007.

Quatro principais argumentos a favor dos agricultores familiares

Os agricultores familiares podem manter e criar empregos, desacelerar o êxodo rural

- *As agriculturas familiares geradoras de empregos nos países em desenvolvimento*

Pelo seu funcionamento, a agricultura familiar otimiza a mão de obra familiar disponível. As decisões nas propriedades visam melhor rentabilizar a força de trabalho presente.

Ao inverso, numa propriedade capitalista, as decisões são tomadas em função da rentabilidade dos investimentos. O proprietário só investirá na propriedade agrícola se a rentabilidade do capital aí for superior àquela oferta por outros setores da economia (imobiliário, finanças, indústria, comércio). A mão-de-obra é apenas um fator levado em conta nos seus custos de produção. O proprietário também pode escolher em se privar de uma mão-de-obra numerosa e se orientar para a mecanização, mesmo que a região conheça um desemprego importante. Várias razões podem ser a origem de uma tal escolha : menor custo da mecanização com relação aos encargos salariais, gestão difícil da mão-de-obra, rapidez da execução e controle do trabalho.

- *As agriculturas familiares permitem desacelerar o êxodo rural e lutar contra o desemprego massivo*

O desemprego massivo ou o subemprego que conhecia a maior parte dos países em desenvolvimento provoca um custo de oportunidade do trabalho agrícola quase nulo⁹. As agriculturas familiares permitem empregar esta mão-de-obra abundante intensificando o trabalho na propriedade e graças à solidariedade familiar.

Entretanto, quando uma agricultura do tipo capitalista é favorecida em detrimento da agricultura familiar, sempre há concorrência pela terra e os recursos naturais que são privatizados, concentração fundiária e aceleração do êxodo rural. Os filhos dos agricultores, ou os próprios, são então constrangidos a migrar para as cidades, apesar das fracas perspectivas de emprego.

Este êxodo rural toma proporções mais ou menos importantes conforme o país e as regiões em função do apoio oferecido pelos governos na agricultura capitalista em detrimento das agriculturas familiares. Ele resulta, ao mesmo tempo, em uma aceleração do êxodo rural, e o crescimento anárquico dos centros urbanos que conhecem grandes dificuldades para absorver as populações migrantes. Apesar de seu crescimento econômico, os grandes centros urbanos não estão em medida de oferecer um emprego produtivo a todos estes novos cidadãos, condenados a um desemprego mais ou menos disfarçado.

⁹ Um custo de oportunidade de trabalho próximo de zero significa que o trabalhador não renuncia a rendas complementares fazendo esta atividade. De fato, os salários e a quantidade de empregos fora da agricultura são muito fracos e não constituem uma incitação a mudar de atividade. Se o custo de oportunidade de trabalho aumenta, então ele pode ter interesse em mudar de atividade para otimizar suas rendas.

Sem um forte apoio às agriculturas familiares não será possível garantir um emprego e uma renda às populações dos países em desenvolvimento com forte crescimento demográfico. No contexto de uma agricultura familiar sustentada, quando os centros urbanos demandam mão-de-obra para seu desenvolvimento, então os salários oferecidos podem atrair as populações rurais menos produtivas (pelo menos, as de menores rendas) : o custo de oportunidade do trabalho aumenta, tanto no campo quanto na cidade. Mesmo assim, o êxodo rural acontece mas é mais progressivo e se faz, principalmente, por uma escolha, do que pela falta de oportunidade.

O desenvolvimento dos agricultores familiares contribui na luta contra a pobreza e as desigualdades

● *A capacidade da agricultura em lutar contra a pobreza*

Conforme o relatório 2008 do Banco Mundial, três quartos dos pobres dos países em desenvolvimento vivem em zona rural, ou seja, 883 milhões de pessoas. Toda ação que possibilite melhorar as rendas da população rural tem, então, um forte impacto na redução da pobreza. O relatório demonstra a eficiência do desenvolvimento agrícola para lutar contra a pobreza : o crescimento neste setor é duas a três vezes mais eficaz para reduzir a pobreza que o crescimento registrado nos outros setores da economia.

Lipton (2005)¹⁰ afirma que os ganhos de produtividade de certos agricultores familiares dos países da Ásia do Sudeste tiveram um papel crucial na redução da pobreza de massa nos anos 80. Apesar desta constatação, os governos e os financiadores continuam a dar o seu apoio, essencialmente, para o desenvolvimento de propriedades que consideram como « modernas », ou seja, sempre capitalistas (grandes superfícies, eficiência, forte controle técnico)¹¹. Para estas instituições decisivas, este tipo de propriedade seria o motor do desenvolvimento econômico da região ou do país e, a termo, deveria permitir reduzir a pobreza.

Mas as desigualdades inerentes a este tipo de desenvolvimento devem ser levadas em conta. Os lucros oriundos dos ganhos de produtividade são geralmente reservados ao único proprietário e a mão-de-obra local se favorece raramente. Isto acentua as desigualdades de renda no interior da sociedade. Ademais, estes ganhos de produtividade são geralmente em parte o resultado de ajudas do governo ; então é lastimável que transferências fiscais aumentem as rendas de uma parte da população já favorecida, ao invés de servir a um número maior, ou seja, os agricultores familiares.

● *As agriculturas familiares, agriculturas produtivas*

Do ponto de vista econômico, as agriculturas familiares oferecem (se elas são sustentadas) um modelo de desenvolvimento mais eficiente que o apoio às grandes propriedades.

O argumento mais usado em favor da agricultura capitalista é sua maior produtividade por trabalhador. Isto é possível graças à mecanização ou à escolha de sistemas de produção extensivos (criação extensiva, por exemplo). Donde um número baixo de ativos por hectare neste tipo de propriedade.

Ao inverso, as agriculturas familiares maximizam o trabalho familiar sobre a superfície que elas dispõem ; o fundiário que é o recurso raro é então otimizado. As rendas liberadas por

¹⁰ Lipton M., *The Family Farm in a Globalizing World*, IFPRI, 2005.

¹¹ Por exemplo, nas intenções do governo senegalês, o desenvolvimento da agricultura passa necessariamente por grandes propriedades criadas com capitais estrangeiros cuja produção se destina ao mercado europeu (África agricultura, fevereiro 2008).

ativo são, geralmente, mais baixas, mas a superfície cultivada também é, pequena. O resultado é uma produtividade por hectare mais elevada para estes tipos de propriedades graças a técnicas mais intensivas e escolhas de culturas melhor adaptadas à disponibilidade em mão-de-obra.

Ademais, economistas rurais demonstraram o nível de despesas crescendo, e contrário a economias de escala, criadas pelas estruturas grandes demais (geralmente manejadas de forma capitalista) sendo que as menores propriedades se revelam mais eficazes no plano econômico. Esta relação inversa entre tamanho e rendas também vale para os países desenvolvidos, como demonstra Rosset (1999)¹².

Numa superfície determinada (uma parcela, uma região, um país), as agriculturas familiares produzem então mais riqueza (PIB) que a agricultura capitalista. E esta produção de riqueza se faz de maneira mais justa, utilizando intensivamente a mão-de-obra, o que é vantajoso no caso de taxa de desemprego elevada.

● *As agriculturas familiares favorecem a inovação pelo investimento das rendas*

Sendo, essencialmente, o objetivo da agricultura capitalista conseguir rentabilizar seus investimentos, o meio que os governos encontraram para que este setor inove é o de facilitar seus investimentos. Por exemplo, os bancos públicos brasileiros acordam, facilmente, empréstimos a muito longo prazo aos grandes proprietários de terra, sendo que estes empréstimos são raramente reembolsados : Trata-se de uma subvenção da agricultura capitalista, que, aliás, é muito cara. As renegociações das dívidas do agronegócio chegam a várias centenas de bilhões de Reais.

Ao inverso, contrariamente à agricultura capitalista, as agriculturas familiares investem na propriedade mesmo se as taxas de rentabilidade não são tão elevadas que nos outros setores da economia. Se os rendimentos foram bons ou os preços de venda elevados, levando a uma alta das rendas, a família investirá o excedente de tesouraria na propriedade, pois ela é ao mesmo tempo o lugar de vida e de trabalho. Estes investimentos serão sempre diretamente ou indiretamente produtivos e permitirão uma melhoria das capacidades ou dos modos de produção. A melhoria dos sistemas de produção familiares não está então submetida à rentabilidade do capital mas sim, à capacidade de investimentos dos produtores.

As agriculturas familiares podem alimentar as populações

● *As agriculturas familiares são uma alavanca na redução da insegurança alimentar*

Em primeiro lugar, a agricultura familiar permite garantir à família do pequeno agricultor, ao menos, uma parte de sua alimentação de maneira autônoma. Este aspecto está longe de ser ignorado sendo que o número de pessoas sub-alimentadas nos países em desenvolvimento era estimado em mais de 820 milhões em 2006¹³, cujo três quartos viviam em zona rural : trata-se quase sempre de pequenos produtores agrícolas cujo trabalho não basta para alimentar convenientemente suas famílias, por falta de apoios adaptados. Estes produtores são então incitados a deixar o mundo agrícola para os centros urbanos onde eles encontram alimentação importada com preços baixos, mas que favorece uma dependência alimentar. Esta dependência pode se revelar arriscada no caso de aumento brutal dos preços mundiais. Dando a estes agricultores os meios de produzir uma alimentação suficiente para atender as

¹² Rosset P., *The multiple functions and benefits of small farm agriculture*, Food First, 1999.

¹³ FAO, *A situação mundial da alimentação e da agricultura*, 2007.

necessidades de sua família e liberar rendas, os Estados podem melhorar a segurança alimentar de sua população sem agravar sua fatura alimentar.

A abertura dos países em desenvolvimento às trocas de gêneros alimentícios não permitirá a redução da incidência da sub-nutrição nesses países, pois as populações vítimas da fome não têm capacidades financeiras para comprá-los. A falta de recursos no meio rural impede uma parte destas populações de adquirir uma nutrição que geralmente está disponível. A Índia dispunha ainda recentemente de estoques de vários milhões de toneladas de cereais sendo que 200 milhões de indianos eram sub-nutridos (Sharma, 2005)¹⁴.

Também, em nível mundial, a baixa dos preços dos cereais no meio dos anos 1990 e 2006 e a abertura das barreiras alfandegárias, foram acompanhadas de uma alta do número de pessoas sub-nutridas.

Enquanto pode parecer paradoxal que a maioria das pessoas que tenham fome nos países do Sul estejam em zona rural, também constitui uma oportunidade para os governos destes países pois as populações sub-nutridas podem rapidamente melhorar sua condição se lhes são dados os meios de aumentar sua produção agrícola. Ao inverso, importando alimentos cujo preço é instável ou favorecendo a produção de uma agricultura capitalista, os governos tendem a agravar a situação.

● *As agriculturas familiares podem abastecer os mercados locais*

O forte crescimento demográfico da maior parte dos países em desenvolvimento e a sua urbanização progressiva põem em questão a capacidade das propriedades familiares responderem a esse aumento da demanda.

Nos fatos, os agricultores familiares provaram sua capacidade em aumentar sua produção para responder a esta demanda, num primeiro momento aumentando as superfícies cultivadas, depois optando por técnicas mais intensivas, desde que tenham os meios suficientes para investir.

Por exemplo, no decorrer dos vinte últimos anos, os países do Sahel, sem acesso ao mar (onde predomina a agricultura familiar) conheceram um crescimento da produção de cereais equivalente ao de sua população, mantendo uma taxa de auto-abastecimento cerealeira constante¹⁵. Em nível da CEDEAO, a produção de subsistência passou de 59 milhões de toneladas em 1980 para 212 milhões de toneladas em 2006 (Blein et al., 2008)¹⁶.

Segundo os autores deste estudo, « em todo lugar onde a produção beneficiou com um mínimo de apoio e estímulo (introdução de melhores técnicas de produção, preços suficientemente remuneradores e estabilização das vendas), ela realizou proezas inegáveis que seja para os cultivos de renda ou os cultivos de subsistência (o arroz na área do Níger, o tomate no Senegal) ».

● *As agriculturas familiares podem ser performáticas na exportação*

Para numerosos Estados em desenvolvimento, a agricultura é um meio essencial de obter divisas estrangeiras, estes Estados favorecem então o desenvolvimento das culturas de exportação.

Do fato de sua flexibilidade e de sua capacidade de alternância entre culturas de subsistências e culturas comerciais, as propriedades familiares têm capacidade de fornecer os mer-

¹⁴ Sharma D., *Whose livelihoods are we talking about ?*, ICT, 2005.

¹⁵ Blein, Soulé, Faivre-Dupaigre et Yérima, *Os potenciais agrícolas da África do Oeste*, FARM, 2008.

¹⁶ Ibid.

cados internacionais em culturas de renda. Sendo que a agricultura capitalista exige investimentos importantes e é penalizada pela sua relativa inércia, as agriculturas familiares podem adaptar suas culturas de um ano para o outro em função dos preços e das capacidades de comercialização. Para isso, elas devem evidentemente dispor de uma informação confiável e dos meios de produzir e de comercializar adaptados.

Numerosos exemplos ilustram a eficiência das agriculturas familiares na produção de culturas comerciais. Na África do Oeste, após tentativas de confiar as culturas do algodão, do amendoim e do cacau à grandes empresas ou plantações privadas, a potência colonial se dirigiu aos pequenos agricultores. No momento das independências, a escolha foi feita de confirmar os agricultores familiares no papel de fornecedor dos mercados de exportação com programas de estabilização dos preços e de financiamento dos investimentos.

Na América Latina, a importância das propriedades capitalistas nas produções comerciais tendem a provar sua superioridade para abastecer os mercados de exportação. Mas é preciso chamar atenção sobre os apoios cuja agricultura capitalista dispõe e que falseiam a concorrência com a agricultura familiar : facilidade do crédito (que se apresenta geralmente com subvenções disfarçadas), imensas propriedades oriundas do período colonial ou adquiridas a preço muito baixo e mão-de-obra muito barata. Apesar disso, os agricultores familiares conseguem ganhar partes do mercado relativas as culturas de exportações. Em Honduras, o setor agrícola se tornou o principal produtor de café graças a uma política de apoio da cadeia fundada sobre o acesso ao crédito para os produtores familiares e a pesquisa no meio camponês.

As especificidades das agriculturas familiares fazem que sejam, ao mesmo tempo, capazes de garantir a segurança alimentar das pessoas que dela dependem diretamente (às vezes mais da metade da população nacional), de fornecer mercados locais e nacionais em forte crescimento, e de trazer divisas internacionais produzindo culturas de exportação.

As agriculturas familiares gerem sustentavelmente os recursos naturais, o meio ambiente e os territórios

● *As agriculturas familiares podem favorecer a preservação dos recursos naturais*

Os investimentos concedidos nas propriedades capitalistas favorecem uma especialização da produção a fim de otimizar o capital imobilizado graças às economias de escala (somente um pesado investimento numa grande superfície, ao invés de vários pequenos investimentos em pequenas superfícies). Isto se traduz por uma tendência à monocultura em parcelas muito grandes ou imensas unidades de criação intensiva. Este tipo de prática limita as transferências entre as culturas e a criação (resíduos de colheita usados na alimentação dos animais e adubo para a fertilização) e tem conseqüências negativas (pelos efluentes de criação e a lavagem dos solos), pouca biodiversidade, proliferação de organismos nocivos ligados à planta cultivada.

A agricultura familiar do tipo camponês, pelo seu caráter patrimonial, guarda uma ligação forte entre as famílias e seu terreno, e, então, uma maior preocupação em torno da preservação da fertilidade e dos recursos naturais e uma melhor gestão da agro-biodiversidade.

Entretanto, a pressão demográfica e a destruição dos sistemas tradicionais de gestão de recursos provocam geralmente a sobre-exploração dos recursos naturais e a degradação dos solos.

Esther Boserup¹⁷, Mary Tiffen¹⁸ e Georges Rossi¹⁹, entre outras, demonstraram, entretanto, que as agriculturas familiares eram capazes, por investimentos importantes (sistemas de cultivos em degraus, por exemplo), superar as crises ligadas a forte pressão demográfica passando a um nível de produção superior. A dinâmica que conhece o Fouta Djallon, entre pressão demográfica e preservação do meio pela evolução das técnicas culturais, ilustra bem este argumento.

● *Dinamização do espaço rural*

Pela manutenção de uma população no território, pelas inter-relações que elas acarretam com os outros atores da cadeia agrícola e alimentar, os agricultores familiares contribuem particularmente ao dinamismo econômico dos territórios rurais.

Um estudo de Ongwen e Wright (2007) para o projeto Ecofair Trade, enfatiza que as atividades econômicas das pequenas propriedades agrícolas têm impactos positivos sobre o resto da sociedade pois elas são melhores integradas na economia local. Os autores afirmam que « manter o camponês em seu campo, é manter três outros empregos pois são os comércios, a escola e os serviços ». Nesse sentido, a agricultura familiar não enfrenta somente o desafio do emprego, mas também o de manter populações inteiras no meio rural.

Ao inverso, um estudo de caso sobre as plantações industriais de palmeiras para produção de óleo (dendê) na Indonésia mostra que estas propriedades não criam nenhum valor agregado na área de plantação em Kalimantan. As usinas de beneficiamento são, de fato, situadas em Java, na Malásia ou na Holanda. Kalimantan serve então, essencialmente, para fornecer a terra, sem poder tomar parte no desenvolvimento econômico trazido pelo óleo de palma. ●

¹⁷ Boserup E., *Évolution agraire et pression démographique*, Flammarion, 1970.

¹⁸ Tiffen M., Mortimore M., Gichuki F., *More people, less erosion*, John Wiley, Chichester, 1994.

¹⁹ Rossi G., *L'ingérence écologique*, CNRS, 2000 ; Rossi G., Castellanet C., Rodary E., *Conservation de la nature et développement, l'intégration impossible ?*, Gret-Karthala, 2003.

Coordination SUD

(Solidariedade, Urgência, Desenvolvimento)

Criada em 1994, Coordination SUD (Solidariedade Urgência Desenvolvimento), a Coordenação nacional das ONGs francesas de solidariedade internacional, reagrupa mais de 130 ONGs que desenvolvem ações humanitárias de urgência e de ajuda ao desenvolvimento. No âmbito de sua missão de apoio a advocacy e de relações internacionais, a Coordination SUD implantou comissões de trabalho possibilitando que as ONGs colocassem suas posições em sinergia e elaborassem um trabalho conjunto de advocacy.

Assim, a Comissão Agricultura e Alimentação de Coordination SUD, pilotada pelo GRET (Grupo de pesquisas e trocas tecnológicas) e pelo CFSI (Comitê francês para a solidariedade internacional), reúne as ONGs de solidariedade internacional que agem para tomar em consideração o futuro dos camponeses do Sul nas negociações comerciais internacionais.

O objetivo do grupo consiste em coordenar os trabalhos realizados pelos seus participantes, garantir uma sintonia entre as ONGs parceiras e trazer tais trabalhos para junto dos atores sociais e dos políticos internacionais como poder de decisão. Ele representa as posições tomadas em nome da Coordination SUD em vários espaços (Concord em nível europeu, FAO, OMC, CNUCED) e troca informações sobre os desafios internacionais atuais. O grupo tem o mandato da Coordination SUD para assumir posições em nome do coletivo nos principais encontros institucionais tratando da agricultura e da alimentação.

A comissão se compõe de dois coletivos :

- CRID (Centro de pesquisa e de informação para o desenvolvimento) e o CFSI (Comitê francês para a solidariedade internacional) ;
- e das seguintes ONGs :
 - AITEC (Associação internacional de técnicos, consultores e pesquisadores)
 - CCFD (Comitê católico contra a fome e para o desenvolvimento)
 - Federação Artesãos do Mundo
 - GRET (Grupo de pesquisa e intercâmbios tecnológicos)
 - IRAM (Instituto de pesquisas e de aplicações dos métodos de desenvolvimento)
 - Peuples Solidaires
 - Oxfam França - Agir Ici
 - Secours Catholique - Caritas França
 - Secours Populaire Français
 - Agrônomos e veterinários sem fronteiras (AVSF)

> Contatos da Comissão Agricultura e Alimentação:

Fabrice Ferrier, responsável dos programas internacionais, Coordination SUD, tel. (33) 01 44 72 80 03, ferrier@coordinationsud.org

Arlène Alpha, responsável do pólo Política públicas e Regulamentações Internacionais, GRET, tel. (33) 01 70 91 92 92 09, alpha@gret.org

Pascal Erard, responsável advocacy e lobby, CFSI, tel. (33) 01 44 83 63 41, erard@cfsi.asso.fr

Este relatório foi elaborado pelo:

GRET

Este relatório foi realizado
com o apoio financeiro
do Ministério Francês das Relações
Exteriores e Europeias.



Os pontos de vista sobre este documento refletem a opinião da Coordination SUD e, por isto, não representam, em nenhum caso, o ponto de vista oficial do Ministério das Relações Exteriores e Europeias.